

CONTRATO DP/ 66 .2015

CONTRATO QUE CELEBRAM A COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP E A J. A. SILVA CONSTRUÇÕES E MONTAGENS – ME.

Por este instrumento que entre si celebram, de um lado, a COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP, a seguir denominada apenas "CODESP", inscrita no CNPJ/MF sob nº 44.837.524/0001-07, com sede nesta cidade, na Av. Conselheiro Rodrigues Alves, Portão nº 23, bairro Macuco, CEP. 11015-900, neste ato, representada por seu Diretor-Presidente, Sr. Angelino Caputo e Oliveira, e, de outro lado, a J. A. SILVA CONSTRUÇÕES E MONTAGENS – ME, adiante designada simplesmente "CONTRATADA", inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.683.873/0001-98, com sede a Rua Serranópolis, 346 – Vila Barros - Guarulhos/SP, CEP 07193 080, representada neste ato, por seu Diretor, Sr. Jaime Alexander Silva, firmam o presente Contrato, consoante deliberação da Diretoria-Executiva da CODESP, em sua 1724ª Reunião (ordinária), realizada em 03/09/2015, tendo por fundamento as disposições contidas no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, respeitadas, no que couber, as suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA – OBJETO

A CONTRATADA ficará obrigada a prestar, para a CODESP, serviços de mão-de-obra administrativa e de manutenção para o Terminal Pesqueiro de Laguna, tudo de conformidade com a proposta da CONTRATADA, datada de 02/09/2015, a qual, para todos os efeitos, fica fazendo parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição, naquilo que não conflitar com as presentes disposições.

SEGUNDA – PRAZO

O presente Contrato terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar da data de sua assinatura.

TERCEIRA – VALOR

O valor global para os serviços prestados, objeto deste Contrato, é de **R\$ 609.975,00 (seiscentos e nove mil e novecentos e setenta e cinco reais)**, conforme proposta da CONTRATADA, no qual já se acham incluídos todos os ônus fiscais e sociais que, direta ou indiretamente, decorrerem do cumprimento do presente Contrato, bem como todos os encargos previstos na Lei nº 8.666/93.

QUARTA – PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será efetuado no prazo de 20 (vinte) dias corridos contados da apresentação, pela CONTRATADA da respectiva fatura/nota fiscal, após a conferência e aceite pela CODESP, e ainda, a apresentação da devida Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Fiscais, em cumprimento as disposições constantes nos artigos 27, IV, 29 V, e 55 XIII, da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo Primeiro

A CODESP reterá os encargos a que se refere o disposto no Art. 34 da Lei Federal nº 10833/2003, de 29/12/2003 (Instrução Normativa SRF nº 1.234/12, de 11/01/2012), e quando for o caso, os encargos a que se refere o disposto no Art. 31 da Lei Federal nº 8.212/1991, com a nova redação dada pela Lei Federal nº 9.711/1998.

Parágrafo Segundo

Incidirá atualização financeira sobre o valor da fatura, entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, pela variação "pro rata die" do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Terceiro

As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ/MF firmado no presente contrato, acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Lista de seus trabalhadores que executaram os serviços contratados no mês em referência;
- b) Cópia autenticada das últimas guias de recolhimento, já exigíveis, do FGTS (quando for o caso), bem como das previdenciárias, com os nomes dos trabalhadores constantes na lista supra referida; e
- c) Comprovante de pagamento do salário/remuneração de seus trabalhadores constantes na lista supra referida.

Parágrafo Quarto

Para o pagamento da última nota fiscal/fatura, a contratada, além de apresentar os documentos referidos no parágrafo anterior, até o último mês de prestação dos serviços, deverá apresentar a comprovação do pagamento das verbas rescisórias, se houver demissões em razão de término do contrato. A contratada obriga-se a manter as condições de sua proposta durante a vigência do contrato.

QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários necessários à presente contratação estão previstos no Programa de Dispendios Globais – PDG, da CODESP.

SEXTA – RESPONSABILIDADES

O fato de haver fiscalização exercida pela CODESP sobre o serviço, objeto deste instrumento contratual, não significa exclusão nem mesmo redução da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, pela perfeita entrega dos mesmos, dentro do regime legal brasileiro, obrigando-se a CONTRATADA a corrigir o que tenha sido feito em desacordo com o estabelecido neste Contrato, bem como a indenizar por faltas, erros ou prejuízos que venha a causar à CODESP e/ou a terceiros.

SÉTIMA – PENALIDADES

Na vigência deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de **0,5%** (meio por cento) do valor global deste Contrato, por dia de atraso no início e/ou na conclusão dos serviços, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela CODESP;
- c) multa de até **2%** (dois por cento) do valor global do presente Contrato, pela infração ou não atendimento de quaisquer outros dispositivos ou exigências contratuais;

- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, pela inexecução total ou parcial do Contrato.

Parágrafo Primeiro

As multas serão aplicadas pelo Gestor deste Contrato, juntamente com a sua chefia imediata, e deverão ser depositadas na Tesouraria da CODESP, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da correspondente notificação.

Parágrafo Segundo

De qualquer multa imposta, a CONTRATADA poderá, dentro do prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data do recolhimento correspondente, apresentar recurso ao Diretor-Presidente da CODESP.

Parágrafo Terceiro

A devolução das quantias recolhidas a título de multa, em caso de provimento do recurso, será efetuada após o decurso do prazo de vigência contratual, sem responsabilidade da CODESP por juros, correção monetária ou acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo Quarto

As penalidades aqui estabelecidas não excluem outras previstas neste Contrato ou em lei, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar à CODESP e/ou a terceiros, em consequência de inadimplemento contratual.

OITAVA – RESCISÃO

O presente instrumento contratual poderá ser rescindido de pleno direito pela CODESP, a qualquer tempo, independentemente de ação, notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos e/ou na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas em lei, se:

- a) A CONTRATADA falir ou for liquidada judicial ou extrajudicialmente;
- b) A CONTRATADA apresentar resultados insatisfatórios do ponto de vista técnico, a critério da CODESP;
- c) A CONTRATADA, tendo sido multada, deixar de recolher o montante da multa, em atenção ao determinado na Cláusula Sétima deste Contrato;
- d) A CONTRATADA impedir ou dificultar a ação da Fiscalização;
- e) Houver morosidade inexplicável na entrega dos serviços, objeto deste Contrato, sem causa devidamente justificada e aceita pela CODESP, e
- f) A CONTRATADA deixar de cumprir quaisquer das cláusulas, condições ou exigências estabelecidas no presente Contrato.

Parágrafo Primeiro

No caso deste Contrato vir a ser rescindido por culpa da CONTRATADA, provocando danos à CODESP e/ou a terceiros, será promovida a responsabilidade da CONTRATADA, visando ao ressarcimento desses danos.

Parágrafo Segundo

Fica facultado à CODESP, em não optando pela rescisão, o direito de suspender a execução do Contrato e sustar o pagamento de faturas pendentes, até que a CONTRATADA cumpra, integral e satisfatoriamente, a condição contratual infringida.

Parágrafo Terceiro

Não havendo culpa da CONTRATADA e se a CODESP julgar necessário rescindir o presente instrumento contratual, serão pagos os serviços porventura realizados e aceitos, com o que a CONTRATADA, reconhecendo os direitos da CODESP, concorda expressamente.

NONA – FISCALIZAÇÃO

Para fiscalizar o cumprimento e o fiel atendimento às presentes disposições contratuais, a CODESP, através do Gestor deste Contrato, designará representantes – doravante denominados simplesmente Fiscalização –, que verificará o atendimento às exigências contidas Cláusula Primeira do presente Contrato.

DÉCIMA – GESTÃO DO CONTRATO

A gestão administrativa do presente Contrato ficará a cargo da Administração do Terminal Pesqueiro Público de Laguna – TPPL da CODESP.

DÉCIMA PRIMEIRA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos no presente Contrato serão resolvidos pela CODESP, ouvida a Contratada, tendo por base a Lei nº 8.666/93, respeitadas, no que couberem as suas alterações, e em preceitos de direito privado em caso de insuficiência dessa Lei.

DÉCIMA SEGUNDA – FORO

O foro competente para ajuizar qualquer questão oriunda deste instrumento contratual é o de Santos, Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, CODESP e CONTRATADA assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Santos, 13 de outubro de 2015.

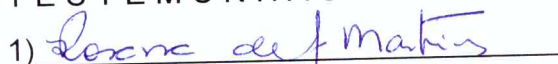



Angelino Caputo e Oliveira
Diretor-Presidente
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO
DE SÃO PAULO - CODESP



Jaime Alexander Silva
Diretor
J.A. SILVA CONSTRUÇÕES E
MONTAGENS - ME

TESTEMUNHAS:

1) 
Nome: ROSANA DE JESUS MARTINS
RG.: 27.169.808-1

2) 
Nome:
RG.: 14749622

Mario Lucio Pereira da Silva
Técnico de Serviços Portuários
Registro 33.753 6